“Quero trabalhar para a identidade de um Capitão Poço humana, participativa e inovador”.

“Está na hora de um novo ciclo.”

UM GOVERNO DO POVO, PELO POVO, E PARA O POVO.

Antonio Alves Mendes

(Lourinho)

SUMÁRIO

1. Diretrizes e valores.
2. Ameaças a enfrentar, oportunidades a aproveitar.
3. Gestão transparente e eficiente dos recursos públicos
4. Educação, inovação e cultura.
5. Direitos humanos e assistência social
6. Saúde
7. Esporte e lazer
8. Segurança pública e defesa social
9. Desenvolvimento econômico
10. Meio ambiente e sustentabilidade
11. Desenvolvimento Rural Sustentável
12. Habitação
13. Saneamento básico
14. Mobilidade Urbana
15. Considerações Finais

RENOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO:

Este documento é resultado de um intenso levantamento realizado durante todos os meus anos de vida pública, que teve início ainda nos primórdios da minha vida política, quando trabalhei junto com o saudoso prefeito José Rufino de Souza.

O plano de governo “Renovação e Desenvolvimento” foram escritos observando os anseios da população Pocense, a necessidade de decência na Saúde, Educação, Agricultura, Segurança, Saneamento Básico, Mobilidade Urbana, Meio Ambiente, Cultura e Lazer... E as dificuldades enfrentadas pelos moradores da Zona Urbana e Rural.

Este plano de governo para Capitão Poço será massivamente divulgado e debatido, com a população pocense, diariamente, nos encontraremos, nos bairros, nas associações de moradores, nos conselhos profissionais, nas entidades de trabalhadores e de empresários, nas faculdades, nas escolas, nas redes sociais, nos debates nas rádios, redes sociais, e futuramente nos nossos programas de TVs. Esta é a riqueza de uma campanha eleitoral, formada por gente que quer participar, que quer falar, contar seus problemas, indicar soluções e caminhos.

Desta riqueza chegaremos a um Capitão Poço que sonhamos, com as propostas setoriais, temáticas e regionais, que serão minuciosamente detalhadas aos munícipes. Este estudo será a base para a nossa gestão nos próximos quatro anos, reforçaremos aqui nossas estratégias e caminhos para a retomada do caminho correto para o avanço e para o desenvolvimento de nossa cidade.

Nós, pocense, somos um povo, que descobrimos a nos reinventar a passar por privações de cabeça erguida e pés no chão. Enchentes já nos assolaram, Mas não nos resignamos e nem desanimamos, continuamos a seguir em frente com muito trabalho, suor, força e principalmente muita fé em Deus. Nossa própria voz vem o nosso poder democrático, já não queremos apenas olhar, e seguir velhas fórmulas, receber as respostas sem questionar. Somos construtores do nosso tempo,

Agentes da transformação, a população pocense exige participar e quer sempre decidir seus próprios rumos.

É por isso, que eu tanto lutei, batalhei e sofri em campanhas politicas, desde o ano de 1988, ajudando a eleger, o então José Rufino de Souza, a Prefeito Municipal de Capitão Poço, hoje nosso “Saudoso José Rufino”, dai então continuei apoiando os sucessores a cadeira de prefeito no Municipio ate os dias atuais enfrentando desde difamações e perseguições por conta de partidos rivais, e na realidade nunca era, ou foi o que esperavamos que os mesmos prometiam em campanha politica, simplesmente porque sempre prevaleceu os chamados acordos politicos, melhor dizendo, já compometia o Municipio (Negociavam) com grandes Empresarios, comerciantes, lideres de grandes comunidades, fazendeiros e até AGIOTAS, e por não concordar com esse desrrespeito para com os menos favorecidos do nosso Municipio, estou humildemente me colocando a disposição de nossos municipes para as eleições de 15 de Novembro de 2020, para para que se eleito, eu possa governar Capitão Poço com justiça, competência, honestidade, sabedoria, legitimidade e comprometimento com a população de nossa amada Cidade, e como disse “Abraham Lincoln” à cerca de 160 anos, este será “UM GOVERNO DO POVO, PELO POVO, E PARA O POVO”.

1. Diretrizes e Valores

Este plano de governo não pretende esgotar assuntos ou restringir temas. É um convite à descoberta e ao debate. O que apresentamos aqui é um ponto de partida, um conjunto de linhas e visões gerais para atender a uma exigência de registro eleitoral. O processo de elaboração de um plano de governo definitivo, que irá guiar nossas ações, será edificado a partir de debates amplos, de diálogos diversos e de estudos profundos das muitas realidades da cidade de Capitão Poço.

A vida de um cidadão não é dividida em partes. Somos seres complexos, com necessidades diversas que se entrelaçam. Um conjunto de políticas públicas também deve funcionar assim, de forma integrada, criando conexões que permitam aos indivíduos desfrutarem de uma existência plena na sociedade.

Tomamos, portanto, a decisão de pensar a gestão de forma una, sem tratar as políticas públicas de maneira isolada, e sim como parte de uma grande visão de administração do Estado, a qual cada decisão afeta, auxilia, influencia e é influenciada pelas outras. Trata-se, portanto, de propor uma rede de conexões que visa ao desenvolvimento e busca propiciar uma qualidade de vida melhor para cada cidadão. Desse modo, propomos as seguintes diretrizes de trabalho, que pretendemos ainda aprofundar ao longo do tempo em diálogo com a sociedade. A visão das nossas propostas é de integração e de coerência intertemporal das políticas públicas. Os dois pilares que estruturam essas propostas são: desenvolvimento (social, econômico e sustentável) e gestão pública de qualidade (eficiência, transparência e resultados). As dimensões desses pilares da proposta de governo em construção são abordadas nas próximas páginas e algumas outras serão acrescentadas ao longo do debate eleitoral.

Valores

- A democracia é um valor fundamental para a garantia da pessoa humana e o exercício da cidadania. Da democracia não se abre mão em hipótese alguma;

- O poder político se disputa pelo voto universal e os projetos políticos se implementam pelo compartilhamento de ideias, pelo convencimento, e não pela imposição;

- A democracia representativa deve ser fortalecida e aprimorada, estimulando os cidadãos e os movimentos da sociedade civil organizada a participarem da condução da coisa pública;

- A corrupção, criminalidade e a impunidade devem ser incansavelmente combatidas por todos os agentes públicos, alçados a essa condição pelo voto ou pela carreira profissional;

- A miséria deve ser erradicada e as injustiças sociais combatidas e eliminadas;

- A todos devem ser dadas oportunidades iguais de crescimento individual e de exercício pleno da cidadania;

- O acesso à Justiça deve ser facilitado e garantido a todos, individual e coletivamente;

- O crescimento econômico deve promover a superação das desigualdades, criando melhores condições de emprego e renda;

- O desenvolvimento econômico deve compatibilizar-se com o meio ambiente, nos parâmetros da sustentabilidade;

- O econômico deve subordinar-se ao social, contribuindo para superar desigualdades da ordem vigente. As leis de mercado não são um valor absoluto, devendo harmonizar-se, sob a direção do governo, com o interesse geral da sociedade;

- As instituições públicas devem aperfeiçoar-se e atualizar-se em busca da

ampliação do diálogo e da participação da sociedade, assim como do avanço dos padrões de eficácia e da credibilidade, rompendo com as práticas clientelistas e paternalistas e eliminando a corrupção de suas estruturas;

- A transparência, a participação social e a austeridade político-administrativa constituem as bases de trabalho da administração pública.

2. Ameaças a Enfrentar, Oportunidades a Aproveitar

Vivemos atualmente sob o clima de elevado grau de incertezas no Brasil para os próximos anos. Incerteza esta que não explica toda a perda de dinamismo da cidade de Capitão Poço de 2017 para cá, mas que afetaram as expectativas dos agentes econômicos. A prefeitura de Capitão Poço perdeu a liderança no processo de manutenção de um bom ambiente institucional de negócios e o empresariado, por sua vez, vem se tornando cada vez mais pessimista. Mas também é crescente a perda de confiança entre consumidores e entre os trabalhadores, quanto à manutenção do emprego e da renda no futuro próximo.

Se o nível da atividade econômica continuar fraco na cidade, não haverá empregos para todos os jovens que hoje lutam para se capacitar ou, alternativamente, esses jovens irão disputar os mesmos postos de trabalho já existentes. As oportunidades de investimento e de crescimento para as empresas pocenses declinarão. Para grandes pesquisadores nacionais, a melhor política social hoje é a conquista de ganhos de produtividade. Nesse sentido, a qualidade e a consistência intertemporal das políticas públicas são importantes para o processo de desenvolvimento sustentado das sociedades – educação, saúde, infraestrutura, cultura, turismo, direitos humanos, esporte e lazer, agricultura, entre outros...

Principais objetivos da gestão fiscal. Eis a nossa proposta:

- Recuperação da capacidade municipal de investir com recursos próprios por meio da racionalização do uso dos recursos públicos e monitoramento permanente das despesas correntes;

- Seleção de uma carteira de investimentos estruturantes, estratégicos, capazes de impactar a atividade econômica de Capitão Poço e suas receitas futuras;

- Estabelecimento de novas práticas – transparentes e mais avançadas – para atração de negócios e de novos empreendimentos produtivos e que gradualmente substituam os incentivos fiscais, que se encontram sob contestação;

- Modernização persistente do fisco, promoção da transparência e de uma área de inteligência estratégica, capaz de reduzir o custo de cumprimento das obrigações fiscais para os contribuintes;

- Construção de uma interlocução de alto nível com a Assembleia Legislativa do Estado do Pará, nas discussões sobre tributos, baseada em estudos técnicos e simulações e de construção de alternativas;

- Estabelecimento de instituições capazes de manter uma relação supramunicipal, com os parâmetros intergeracionais de responsabilidade fiscal e de correta aplicação dos recursos estaduais e federais.

3. Gestão Transparente e Eficiente dos Recursos Públicos

A sociedade precisa participar e discutir as finanças municipais. Os recursos públicos pertencem aos cidadãos e não aos governos que, temporariamente, recebem uma delegação para sua gestão. Esse debate precisa ser elevado ao nível social e sair de dentro dos gabinetes. Há uma vasta literatura que defende que a legitimidade do governo na aplicação dos recursos públicos e a transparência da gestão fiscal são elementos que levam a um maior cumprimento das obrigações fiscais e um menor custo de coleta e fiscalização para os fiscos.

Recuperar a capacidade de poupança com recursos próprios. Capitão Poço, precisa também retomar sua capacidade de planejamento e gestão de qualidade, em linha com as expectativas sociais na atual conjuntura, precisa estar assentada na meritocracia e na profissionalização do serviço público e um planejamento de fato pressupõe menor espaço para o improviso, a antecipação de crises e de problemas, e a imunização contra as pressões corporativas.

O município é um ente fundamental na promoção do desenvolvimento econômico e social. No entanto, o caminho da descentralização de ações públicas é uma tendência consolidada. O prefeito deve ser mais promotor e indutor das ações da iniciativa privada do que propriamente um executor.

Também é fato a crise de legitimidade que o Capitão Poço enfrenta hoje e, como enfrentá-la é um desafio que passa pela recuperação da credibilidade das instituições de nossa cidade, o que somente será alcançado pela melhoria do uso dos recursos públicos e da qualidade na prestação de serviços à população. Fortalecer os órgãos de controle e os mecanismos de avaliação de impacto das políticas públicas e dos seus resultados concretos são imperativos na nossa agenda de governo.

A construção de uma administração profissionalizada, democrática, competente e comprometida com o interesse público é um grande desafio para a sociedade pocense. É preciso ser capaz de motivar e agregar os servidores públicos em prol do bem comum. Precisamos constituir uma equipe qualificada, escolhida por mérito, em função de suas qualidades técnicas e de gestão, o que é vital para aumentar a capacidade da cidade em realizar entregas e produzir resultados em benefício da sociedade.

A cultura da meritocracia deve ser novamente incentivada, premiando e promovendo os que apresentam uma contribuição superior e se mostram capazes de liderar equipes e organizações.

É preciso retomar a crença de que gestão se faz com pessoas e com mérito, e não com correligionários. É preciso envolver a todos para que o planejamento se torne realidade e para que Capitão Poço retome sua trajetória de desenvolvimento com prosperidade compartilhada entre todos os nossos cidadãos.

A consequência da perda de legitimidade é que a sociedade passa a não ver a cidade como um instrumento para melhorar as suas condições de vida, e sim como um instrumento à disposição de interesses particulares ou dos grupos políticos. A população deve enxergar no Prefeito, este sendo um instrumento para a solução de seus problemas do dia a dia, capaz de promover a igualdade de oportunidades. Em última instância, a legitimidade do município e de suas instituições é fator fundamental da convivência democrática pacífica e da coesão social.

Os conceitos que fundamentam o novo modelo de gestão do setor público, orientado para o fortalecimento da sua legitimidade, assentam-se no compromisso para a modernização da gestão pública:

1) profissionalização do serviço público, baseada no mérito para acessar cargos públicos e para evolução na carreira;

2) gestão por resultados, para aumentar o comprometimento do setor público com o retorno oferecido para a sociedade;

3) parcerias com o terceiro setor, visto que o prefeito não resolve sozinho todos os problemas da sociedade;

4) ampliação do controle social através de uma maior transparência da gestão pública;

5) ampliação e incentivo à participação da população;

6) ampliação do governo eletrônico, entendido como plataforma de relacionamento prioritária com os cidadãos, permitindo a prestação de serviços, diálogos e participação on-line, atendendo demandas, compartilhando saberes e contribuições de cidadãos, movimentos sociais e instituições diversas.

4. Educação, Inovação e Cultura

Levantamentos internacionais apontam que cada ano de escolaridade adiciona 10% de renda para os indivíduos. No Brasil, estima-se que esse "retorno educacional" possa chegar aos 15% por ano de escolaridade adicionada. Em Capitão Poço esse retorno chega a 20% a.a. nos níveis educacionais mais avançados. Portanto, não deveria haver mais dúvidas de que a educação deva ser priorizada pelas prefeituras, por meio da aplicação de recursos financeiros e da adoção de uma gestão meritocrática.

Mas, é claro, não se pode pensar apenas na quantidade de anos de estudo, é preciso pensar também na qualidade do ensino como forma de garantir o verdadeiro aprendizado. Se o amplo acesso educacional foi fator fundamental para redução das desigualdades, a melhoria da qualidade do ensino e a redução das diferenças entre os sistemas público e privado poderão sustentar e acelerar o crescimento de longo prazo. Segundo Theodore Schultz (1987), Prêmio Nobel de Economia, "recursos naturais, capital físico e mão de obra bruta não são suficientes para o desenvolvimento de uma economia altamente produtiva". A dinâmica do desenvolvimento é dependente da evolução das aptidões humanas (conhecimento e instituições); sem elas, as perspectivas econômicas são desalentadoras.

Vivemos em um mundo de profundas e aceleradas transformações sociais e tecnológicas. A sociedade do conhecimento é uma realidade cultural cada vez mais integrada e globalizada. Neste ambiente complexo, de multiplicação de riscos, incertezas e também oportunidades, a educação e a difusão dos conhecimentos devem ser uma prioridade absoluta para os governos e as sociedades. A educação e a apropriação continuada do conhecimento devem se transformar em uma obsessão das sociedades, dos governos e de cada cidadão.

Os sistemas de educação e criação de novas tecnologias abrangem os vários níveis de ensino e pesquisa: educação básica, que compreende a educação infantil (0 a 5 anos), ensino fundamental (6 a 14 anos), ensino médio e profissionalizante (15 a 17 anos); e o ensino superior, que compreende a graduação e a pós-graduação e o desenvolvimento de pesquisas científicas. Os esforços de Capitão Poço e da sociedade devem se desenvolver em todos os níveis, pois o processo educacional, cultural e de desenvolvimento é contínuo e abrangente.

Contudo, entendemos que nas próximas décadas a prioridade brasileira deve ser a educação básica, de modo a proporcionar pleno conhecimento a todos os cidadãos da língua portuguesa, uma língua estrangeira, matemática, ciências da natureza e história da sociedade. Isso porque, a educação básica prepara o indivíduo para todos os ciclos posteriores da vida. Falhas de formação nesse período são mais difíceis e custosas de serem revertidas, além de reduzirem o pleno potencial da educação superior e do desenvolvimento tecnológico.

Principais propostas de ações para a educação básica em Capitão Poço:

- Buscar parceria com o MEC e Governo Federal, para implantação de Escola Cívico Militar.
- Construir e Implantar o sistema de Creches em tempo Integral para dar suporte aos Pais que precisam trabalhar; Criando assim novas oportunidades de emprego para professores de educação infantil.
- Criar Leis para punir infratores que praticam pooluição sonora, durante o periodo de aula.
- Ampliar gradativamente e de forma sustentada os investimentos em educação;
- Implantar modelo de gestão baseado em competências e voltado para a melhoria dos resultados de aprendizagem, tanto no sistema público de ensino, quanto nas unidades escolares.
- Desenvolver ações junto às instituições superiores para reestruturação da formação inicial de professores. Capacitá-los para educar crianças e jovens da sociedade em transformação, baseada nas tecnologias de informação e comunicação
- Implantar progressivamente a educação em tempo integral, com o desenvolvimento de atividades culturais, esportivas e de relacionamento social de forma associada ao projeto pedagógico das escolas;
- Dotar as unidades escolares de instalações físicas e materiais pedagógicos adequados à aprendizagem de excelência
- Estruturar política de cooperação regionalizado de apoio financeiro e pedagógico visando à ampliação do atendimento na educação infantil e na primeira infância e a melhoria da aprendizagem na fase de alfabetização; A melhoria da aprendizagem na fase da alfabetização utilizando método fônico.
- Implementar novas estratégias que visem ao maior envolvimento das famílias com a educação dos filhos e com o trabalho educativo das escolas;
- Ampliar as ações de cooperação com as instituições privadas de ensino visando à ampliação da oferta de vagas públicas de ensino técnico/profissionalizante e superior.
- Criar e Articular o Sistema Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação com ampla participação das instituições públicas e privadas e com modelo de governança eficaz voltado para resultados.

Principais propostas de ações para o ensino superior e a pesquisa científica:

- Ampliar as ações de cooperação com as instituições privadas de ensino visando à ampliação da oferta de vagas públicas de ensino técnico/profissionalizante e superior;

- Estabelecer cooperação com as instituições públicas de pesquisa (UFRA e UFPA) e com instituições privadas de apoio ao desenvolvimento de pesquisas científicas e de tecnologias aplicadas ao sistema produtivo;

- Criar e Articular o Sistema Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação com ampla participação das instituições públicas e privadas e com modelo de governança eficaz voltado para resultados.

Cultura

A cultura é produto e meio da vida em suas dimensões social, política, econômica, religiosa, intelectual e artística. Cultura é vida que se experimenta e se expressa nas mais diversas formas de arte, nas práticas e valores do cotidiano, nas casas, nos museus, nos teatros, nas ruas, nas praças, nas periferias, nos campos, nas cidades.

A cultura é um campo múltiplo e variado, referenciado à história das relações socioeconômicas e políticas, mas também ao mundo simbólico e à expressão da intelectualidade e das artes. É ainda resultado das relações que os homens estabelecem com a natureza. De forma que todos somos seres culturais.

A cultura é um meio de produção e expressão da vida. Somos herdeiros de um processo acumulativo de conhecimentos, experiências, valores e ordens simbólicas adquiridas pelas inúmeras gerações passadas. Seremos parte deste processo para as gerações futuras. Por ser o caldeirão que nos forja e por ser uma produção histórica, não natural, a cultura e seu exercício demandam olhares especiais, estratégicos.

As formas artísticas e suas expressões devem levar ao prazer estético, mas também à crítica e a autoconsciência histórica de nossa caminhada. De forma alguma, se deve buscar a simples fruição pelo consumo, não obstante o fato de que a cultura como nicho de mercado seja uma forma de geração de ocupação e renda e afirmação planetária na era da globalização.

A cultura popular, ou as manifestações folclóricas, importantes no papel de autorreconhecimento e pertencimento do indivíduo a uma comunidade, não deve se opor à cultura pop, produzida em escala comercial, que, em maior ou menor grau, deve manter vínculos com as expressões de raiz. Por sua vez, estas duas não devem

se rivalizar com a dita cultura erudita, formada pelos cânones consagrados mundialmente e seus seguidores. Todas são expressões legítimas quando se entende cultura como algo intrínseco a todas as dimensões da vida humana.
A atribuição desse verdadeiro mix cultural é promover a inquietação, o autoconhecimento, a integração e o fortalecimento da nossa identidade.

Mais que isso: a cultura deve permitir o refletir e o pensar sobre para onde seguimos no movimento irrefreável da nossa conformação indenitária. Afinal, como nos afirma Stuart Hall, a "identidade é uma celebração móvel, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados e interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam".

Reafirmando que, constituída historicamente, a cultura é um movimento social, político, econômico, intelectual e artístico, salienta-se que a ação governamental deve se guiar pelos valores da liberdade, da igualdade, da fraternidade, do respeito à diversidade. Enfim, deve buscar a emancipação de todos.

O papel municipal de fomentador e promotor de expressões culturais deve ir ao encontro de uma política pública de inclusão social, de criação de oportunidades de expressão e autoafirmação de todos os pocenses.

Principais propostas e ações para a cultura:

- Valorizar, prestigiar e estimular as manifestações folclóricas e culturais na cidade de Capitão Poço, resgatar as tradições que foram deixadas para trás;

- Articular ações de turismo com o calendário de festas pocenses, promovendo-as em parceria com os bairros e distritos da zona rural;

- Abrir canais institucionais de diálogo, estimular e buscar compreender as novas manifestações culturais na sociedade pocenses;

- Desenvolver um programa de estímulo à economia criativa que incentive a realização de estudos e pesquisas e a organização de diversas cadeias produtivas e arranjos locais vinculados à atividade cultural, contribuindo para o desenvolvimento sustentável de diversas regiões pocenses;

- Fortalecer as atividades econômicas baseadas no conhecimento e conectadas ao talento criativo. A gestão pública deve disponibilizar técnicas e tecnologias, agregando valor ao capital intelectual e cultural como instrumento impulsionador do desenvolvimento socioeconômico;

5. Direitos Humanos e Assistência Social

A política social abrange elementos voltados ao alívio da pobreza e outros voltados à transformação da capacidade produtiva das pessoas. Avançar na formulação de políticas sociais consiste em integrar esses componentes. O atendimento integrado e customizado significa entregar às famílias serviços complementares, cujo impacto conjunto é significativo.

Garantir o atendimento integrado a uma pessoa implica oferecer a ela programas complementares, já que o impacto de um determinado programa social tende a ser maior na presença de outros programas. O princípio da integração nos conduz ao da integralidade (que significa atender a todos os membros de uma mesma família). A rede integrada de serviços deve ser estruturada sob o princípio da equidade, de modo a possibilitar a equalização de oportunidades e resultados. Visualizar as sinergias a serem exploradas é o primeiro passo para a consolidação da integração destas políticas.

Nesse caminho, nos como município temos papel fundamental como parceiros de política públicas. Além de parceiros e colaboradores somos responsáveis pela gestão das políticas de assistência social, saúde e os primeiros níveis de educação. O resultado da gestão de tais políticas retorna às famílias na forma de benefícios e serviços sociais. É importante destacar que o município é o território mais próximo da principal unidade de análise e intervenção dos programas estaduais e federais – a família.

Nesse sentido, os equipamentos e agentes do nosso município, principalmente nas áreas de assistência social e saúde, compõem uma rede. O Centro de Referência da Assistência Social – CRAS é o espaço de referência da proteção social básica e principal entrada dos usuários à rede socioassistencial. Assim, o CRAS é a principal referência no território onde está referenciada a família. As equipes do CRAS têm a responsabilidade de realizar um diagnóstico da realidade local, funcionando como instrumento integrador das políticas no ambiente.

O CRAS e outros equipamentos como o Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS) concretizam a presença e responsabilidade do poder público diante da perspectiva dos direitos sociais. Ambos são parte da Política Nacional de Assistência Social, ancorada nos pressupostos do Sistema Único da Assistência Social – SUAS que regula e organiza no território nacional, os serviços, programas e benefícios socioassistenciais.

As estratégias de intervenção para proporcionar apoio às famílias estão balizadas na perspectiva de levar aos mais pobres, prioritariamente, informação sobre a oferta de serviços, bem como a qualidade e a utilidade dos mesmos. A expansão e a melhoria dos serviços públicos, juntamente com os investimentos em capital social e humano, podem não atingir esta população por motivos diversos, entre os quais estão a falta de informação, de dinheiro para transporte entre outros gastos e incentivos.

Formalmente, a política social garante à população o acesso subsidiado a bens e serviços, independente do tipo de política implementada. Entretanto, cabe o questionamento acerca da garantia por parte do município de condições materiais mínimas para que os mais pobres possam aproveitar as oportunidades disponíveis. Uma determinada família pode estar vulnerável em função da dificuldade que seus

membros enfrentam para encontrar trabalho, ou devido a problemas de saúde que os impedem de trabalhar, enfim para cada tipo de vulnerabilidade específico a cidade precisa levar uma proposição adequada. Eis a importância de uma ação integrada e que envolva as diferentes áreas (saúde, educação, segurança, assistência social, etc.).

O monitoramento e a avaliação da rede de proteção social baseado na promoção das famílias também constituem uma forma estruturada de aferir os impactos de sua implantação sobre os grupos beneficiários. Torna-se imperativa, a construção e o fortalecimento de um processo contínuo de monitoramento e avaliação de programas sociais dado que as condições socioeconômicas mudam e ajustes são necessários para que os programas garantam uma crescente efetividade.

Principais ações a serem implementadas:

- Ampliar e reforçar as ações de atendimento e apoio das populações em situação de fragilidade social ancoradas nos CRAS e CREAS;

- Expandir e melhor estruturar de forma articulada com a população as ações preventivas e emergenciais de Defesa Civil;

- Programar de forma articulada com os órgãos estaduais e com a policia militar ações eficazes de combate ao tráfico e consumo de drogas;

- Implantar de forma ampla a política de direitos humana-civis e de defesa da paz, com atenção especial à questão das minorias e dos estratos marginalizados da sociedade;

- Criar uma coordenação especializada para articular as ações e políticas públicas de prevenção e combate à violência contra as mulheres e os jovens.

6. Saúde

O Brasil adotou um modelo de saúde pública baseado na universalização dos serviços. O SUS foi à política edificada para promover essa universalização, mas, apesar de merecer o reconhecimento quanto ao seu mérito, ainda é uma obra inacabada. Ou seja, dentro do modelo adotado no Brasil, a implantação do SUS precisa avançar para assegurar à população seus direitos plenos.

Há diversos desafios a enfrentar, mas o mais preocupante diz respeito a uma tendência estrutural da sociedade. A população brasileira está envelhecendo em um ritmo cinco vezes mais acelerado do que envelheceu a Europa ao longo do século passado. Ou seja, o envelhecimento gradual permitiu que o continente europeu se preparasse para conviver com uma elevada razão de dependência (número elevado de pessoas inativas relativamente ao número de pessoas ativas).

O rápido envelhecimento no Brasil enseja maior demanda dos governos na disponibilização de recursos e no aumento da eficiência da gestão dos sistemas de saúde. Uma população com idade média avançada pressupõe maior incidência de doenças crônicas e maior custo sanitário.

O progresso tecnológico tem contribuído sobremaneira para vencer a capacidade de lidar com a doença e também de ampliar o acesso à saúde. Prova disso é o importante e persistente crescimento da expectativa de vida do brasileiro, resultado da disseminação de técnicas de controle da natalidade como também das novas práticas terapêuticas.

Contudo, ainda são muitas as restrições brasileiras para que seus cidadãos se encontrem com o acesso universal a um sistema de saúde confiável e de qualidade. São muitas as ineficiências na gestão, a regulação ainda é incipiente e a governança pouco estruturada. Há uma acumulação epidemiológica entre doenças crônicas por causas externas, simultaneamente à persistente demanda assistencial no trato das doenças transmissíveis.

Colhemos ainda o resultado de uma urbanização acelerada, sem planejamento e sem a necessária expansão do saneamento básico. E estamos diante da ameaça de uma nova reforma fiscal, tributária e federativa, que traz a possível rediscussão de responsabilidades de estados e municípios na gestão do sistema e, por consequência, na transferência de recursos.

Portanto, falar em uma agenda para melhoria da saúde no Brasil passa pela solução de problemas de financiamento, geração e disseminação de tecnologia terapêutica, normatização de processos e condutas, controle da efetividade e dos resultados, melhoria da regulação e da governança dos sistemas e, sobretudo, da capacidade de articular uma visão amplificada para fazer a interlocução federativa e com o setor privado.
Historicamente a própria população, tem sido vitima da ineficiência da saúde pública no município. No nosso governo o quadro de dirigentes será uma demonstração de alta qualificação e eficiência nesta área.

Nossa política para a saúde prevê o acesso universal, igualitário e gratuito a todos os cidadãos. A ênfase na prevenção é crucial para qualidade de vida da população além de apresentar menor relação custo benefício.

Assim, vamos promover a saúde e prevenir as doenças, adotando metas de indicadores de longevidade e diminuição de doenças sem deixar de promover o atendimento hospitalar quando necessário.

A criação de redes de saúde da família, aproxima o atendimento do trabalho e do domicílio, onde as pessoas vivem e trabalham. A manutenção de um sistema informatizado e acessível possibilita o monitoramento dos atendimentos, controle de doenças e entrega de medicamentos, além de facilitar o tratamento de problemas epidemiológicos.

Infraestrutura de saúde

- Recuperar rede básica e construir novas Unidades de Saúde da Família, Centros de Atendimento Psicossocial – CAPS e Centros de Especialidades Odontológicas;
- Construir o Centro de Atenção Especial ao Idoso;
- Fortalecer e qualificar o conselho municipal de saúde;
- Estruturar de forma adequada as unidades básicas de saúde, fortalecendo a rede básica como a principal porta de entrada do sistema de saúde;
- Aumentar as equipes de atenção básica, no modelo de saúde da família e adequar as equipes existentes, conforme parâmetros epidemiológicos locais;
- Estruturar e organizar o acesso ao serviço especializado de forma a garantir o cuidado integral e contínuo;
- Aprimorar o gerenciamento e o acesso aos exames de apoio diagnóstico;
- Construir um hospital público municipal, com o apoio do Estado, e Governo Federal;
- Implantar uma política de gestão da informação para atender a necessidade da rede assistencial e um gerenciamento eficaz;
- Implementar instrumentos de gestão e intensificar a captação de recursos financeiros externos;
- Fortalecer a gestão do trabalho;
- Implementar a qualificação dos profissionais;
- Implementar o serviço de ouvidoria;
- Promover a atenção integral à saúde da população Pocense com ênfase nas áreas

e populações de maior vulnerabilidade;

- Criar o comitê integrado antidrogas intersetorial vinculado à saúde;

- Criar programa integrado de atendimento aos dependentes e família de álcool e de outras drogas, que envolva atenção na área da saúde, educação, formação profissional, assistência jurídica e parceria com o terceiro setor como as comunidades terapêuticas;

- Desenvolver campanha educativa em todas as escolas municipais, particulares, estaduais e federais de ensino básico, nas igrejas, clubes de serviços, objetivando a prevenção ao uso de drogas;

- Capacitar profissionais da saúde para o atendimento adequado aos usuários e dependentes de drogas licita, e ilícitas.

Apoio diagnóstico e terapêutico

- Intensificar o uso de equipamentos da rede própria e conveniada para análises clínicas, patologia clínica e imagem, aumentando a eficiência de utilização dos mesmos;

- Implantar protocolo assistencial já pactuado junto ao governo estadual para falcêmicos desde a detecção precoce: cadastro, teste do pezinho, hospitais de referência e serviços de urgência de referência;

7. Esporte e Lazer

A vida das pessoas nos tempos atuais é cada vez mais marcada pelo stress e pelo sedentarismo. As doenças crônicas, físicas e mentais, são presentes em percentual crescente da população.

Simultaneamente, cresce cada vez mais a busca por uma qualidade de vida plena, que contemple o lazer, o esporte e a atividade física como partes integrantes da existência e não apenas detalhes eventuais.

A prática de atividades esportivas é de grande relevância para todas as faixas etárias. Já está comprovado que esporte e lazer são atividades importantes para prolongar uma vida saudável e produtiva, além de afastar jovens das drogas e da criminalidade.

Nessas condições, o esporte e o lazer assumem um papel de grande relevância na vida dos cidadãos e demandam do poder público a implantação de infraestrutura adequada e de ações efetivas de estimulo à pratica de esportes nas suas diversas modalidades e atividades de lazer e entretenimento.

Principais ações a serem implementadas:

- Estimular os sistemas de ensino público estaduais, federais e municipais a dinamizar as práticas esportivas no ambiente escolar e a organizar os jogos estudantis municipais;

- Fazer campanhas publicitárias com foco na conscientização da população para a importância das atividades esportivas e de lazer na sua saúde física e mental;

- Investir na construção e manutenção de espaços públicos adequados às práticas esportivas e ao lazer;

- Transformar o esporte e o lazer em pilares fundamentais das ações de combate às drogas e a violência através de programas sociais estruturados e integrados com outras ações governamentais.

Programa Municipal de Incentivo ao Esporte e Lazer

- Realização de patrocínio e incentivos para manutenção de esportistas de alto desempenho pela Prefeitura, deixando claro o orgulho que Capitão Poço sente de seus campeões esportivos.

- É crucial o retorno da Cidade de Capitão Poço no futebol profissional. A cidade realizará investimentos na formação de times de base para a criação de atletas da cidade, com a melhoria saudável da qualidade de vida da juventude Pocense.

  Consequentemente serão realizados esforços e investimentos para que possamos retornar as disputas das competições regionais e estaduais.

- Reavaliar o apoio ao Futebol Profissional Pocense para que se fortaleça o público no Estádio em suas apresentações, com o consequente aumento de exposição na mídia.

- Abrir um espaço dentro do ginasios já existente no município, para utilização de membros da 3ª idade para modalidades de esportes coletivos e individuais, com acompanhamento de proficionais na área de educação fisica para a realização de torneios.

- Resgatar e ampliar os campeonatos municipais amadores de futebol de campo, society e salão como o Campeonato Municipal de Bairros, a Taça Cidade de Capitão Poço, 1º e 2º divisão, o campeonato rural e o caipira, o campeonato anual dos servidores municipais, todos estes servem para integração e promoção dos valores esportivos do município. Considerando ainda incentivos para o vencedor do campeonato rural e da Taça Cidade, para estes realizarem a participação nos campeonatos amadores municipais e regionais.

- Aproximar o Comércio e as Entidades de Classe, com a realização de torneios das modalidades esportivas mais adequadas a suas faixas etárias.

- Criação de espaços esportivos para os habitantes com necessidades especiais.

- Incrementar a instalação de Academias ao Ar Livre, as quais deverão receber supervisão de profissionais de Educação Física, para garantir a sua integridade.

8. Segurança Pública e Defesa Social

A resistente presença de violência e conflitos no ambiente das relações humanas mostra toda a complexidade da vida em coletividade. Combater as diversas formas de violência e promover uma cultura de paz e fraternidade têm se mantido como desafios à caminhada humana.

Determinados quadrantes históricos, por suas peculiaridades, apresentam tempos de inaceitável insegurança e brutalidades. Por questões que abarcam desde aspectos comportamentais até consequências de regimes sociopolíticos e econômicos excludentes e deficitários do ponto de vista dos direitos humanos e da cidadania, passando pelo esgarçamento de valores civilizatórios fundamentais, a defesa social e a segurança pública se tornam um tanto mais complexas.

Ademais, para além da pauta da construção da inclusão e da justiça social e do aperfeiçoamento do aparelho estatal de prevenção e repressão à criminalidade e violência, é urgente que se enfrentem esses problemas com uma visão renovada pela contemporaneidade e suas marcas.

Guarda Civil Municipal

Ainda que o ordenamento jurídico brasileiro atribua ao governo federal e estadual o dever da gestão da segurança pública, o município deve adotar um planejamento estratégico para integrar seus esforços às ações desenvolvidas em conjunto com o Estado e a Federação. No Município de Capitão Poço, a Segurança Pública será tratada de forma legalista e sistêmica e todas as atividades serão desenvolvidas a partir do que está determinado na Constituição Federal do Brasil, na Constituição Estadual do Pará, na Lei Orgânica do Município e Legislação infraconstitucional relacionada ao assunto.

Nossa administração Municipal, por meio de seus Gestores, aperfeiçoará e proporcionará o fomento necessário para prevenção de práticas delituosas, a repressão a essas práticas, quando se fizer necessário, em total parceria com a Polícia Militar, Companhia de Polícia Militar Ambiental e Polícia Civil do Estado do Pará, e a otimização do trabalho do Corpo de Bombeiros e as atividades de Defesa Civil que estão na esfera de atribuições da Municipalidade, proporcionando trabalhos no ambiente educacional de Programas de prevenção ao uso e tráfico de drogas lícitas e ilícitas e todas as possibilidades de melhorar a sensação de segurança e consequente qualidade de vida no âmbito municipal.

Vamos efetivar a Guarda Civil municipal, de acordo com os preceitos instituídos na Constituição Federal em seu Art. 144º, parágrafo 8º. Onde está exercerá, no âmbito do Município de Capitão Poço, apoio à Polícia Militar Estadual, monitoramento preventivo e comunitário de atos que possam configurar desvio da ordem, do sossego e da paz pública, promovendo a mediação de conflitos e o respeito aos direitos fundamentais

dos cidadãos. Também prevenir e inibir atos que atentem contra os bens, instalações e serviços municipais, priorizando a segurança escolar; Apoiando a realização atividades preventivas voltadas à segurança do trânsito, nas vias e logradouros municipais; É dever desta proteger o patrimônio ecológico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município, adotando medidas educativas e preventivas. Promovendo em parceria com as comissões civis comunitárias, mecanismos de interação com a sociedade civil, a fim de identificar soluções para problemas e programar projetos locais voltados à melhoria das condições de segurança nas comunidades.

A nova Guarda Civil Municipal atuará, em parceria com órgãos estaduais e da União, com vistas à implementação de ações integradas e preventivas; Será também integralizada sua atuação de forma articulada com os órgãos municipais de políticas sociais, visando a ações interdisciplinares de segurança no Município, em conformidade com as diretrizes e políticas estabelecidas pela nova Segurança Pública Municipal estabelecendo à integração com os órgãos de poder de polícia administrativa, visando a contribuir para a normatização e a fiscalização das posturas e ordenamento urbano municipal.

Destacamos as seguintes propostas de ações de governo para a Segurança Pública:

- Elaborar o Plano Municipal de Segurança, com participação de representantes dos diversos segmentos da sociedade, assim como entidades e órgãos públicos ligados à segurança pública;

- Criação do Conselho Municipal de Segurança Pública, e a criação do Conselho de Segurança Comunitário, para cada bairro e ou região; Incluir o de Sociedades Amigos de Bairro para ser o esteio do Conselho de Segurança Comunitário que possui o intuito de articular as políticas de segurança e ações sociais preventivas e direcionadas prioritariamente a inibir as causas da violência.

- Adequar o efetivo da Guarda Municipal de Capitão Poço, criando a Guarda Civil Municipal;

- Criação da academia da Guarda Civil Municipal com curso de formação;

- Maior presença da Guarda Civil nas escolas, através de rondas e palestras;

- Disponibilizar efetivo da Guarda Civil Municipal no apoio integral à Secretaria de Educação, garantindo que a escola seja um espaço solidário e de inclusão social da família;

- Criação do observatório da segurança pública com a participação das

Universidades presentes no município, com intuito de auxiliar no diagnóstico da violência em Capitão Poço.

- Serão desenvolvidas e incentivadas parcerias com o Poder Judiciário e o Ministério Público para, em ações sistêmicas, tratar a aplicabilidade do Estatuto da Criança e do Adolescente de forma a prevenir e educar os futuros cidadãos de nosso município.

- Apoiar a reestruturação do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente.

- Engajar o Conselho Tutelar na ação preventiva de segurança envolvendo crianças e adolescentes.

- Reestruturação do serviço de monitoramento por imagens por meio dos protocolos de operação do Centro de Operações da Polícia Militar do Estado do Pará, com ênfase às ares comerciais e de grande fluxo de pessoas e veículos.

- Aperfeiçoar e ampliar o atual sistema de monitoramento das principais vias e equipamentos públicos, por meio de câmeras de vídeo, para prevenir e inibir a violência urbana.

- Criar o número de contato para comunicar o furto e o roubo de veículos. Instalar câmaras com programas de reconhecimento para localizar estes veículos nas saídas da cidade.

- Difundir a Cultura de Paz como estratégia contra a Cultura de Violência.

- Melhorar a iluminação nas ruas, avenidas, praças e parques em projetos que inibam a criminalidade.

- Rede de educação e proteção constante às crianças e jovens. Combatendo a violência e as drogas, sem crianças e jovens desprotegidos na rua. Será implantado o programas de apoio a rede de educação integral formada por escolas Municipais integrais, contendo turnos e centros integrados de educação, cultura, esporte, ciência e profissionalização.

- Atuação integrada da nova Secretaria Municipal de Segurança com os demais órgãos do governo municipal, especialmente as Secretarias de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com o Judiciário e o Ministério Público municipal, Poder Legislativo; com as esferas de governo federal e estadual, além da sociedade civil.

9. Desenvolvimento Econômico

Em entrevista concedida à revista Veja, Thomas Piketty, da Escola de Economia de Paris, afirmou: “Para os países emergentes, como o Brasil, o crescimento é a chave para a melhora da qualidade de vida. Mas ele não é suficiente. É preciso refletir sobre a desigualdade”. A desigualdade é histórica e tema que transcende as fronteiras brasileiras, conforme mostrou em um controverso, mas exitoso trabalho acadêmico “O Capital” de Thomas Piketty.

Com os investimentos públicos estaduais e federais estruturantes estagnados, as externalidades para os investimentos privados são baixas e, portanto, esses importantes investimentos acabam adiados ou cancelados. A geração de renda provocada pelos investimentos e o aumento da produtividade da nossa economia acabam penalizados.

Focar no desenvolvimento social, melhorando a qualidade de vida dos cidadãos pocenses, certamente trará vantagens econômicas, mas é importante termos um planejamento urbano e estratégico bem direcionado principalmente com a visão de sustentabilidade no desenvolvimento tecnológico, urbano, industrial e humano. Para que este projeto de futuro e de transformação da cidade de Capitão Poço, na realidade que buscamos para o amanhã.

No contexto do desenvolvimento da cidade de Capitão Poço, alguns desafios se colocam e vamos vencê-los;

Metas e Prognósticos para o Desenvolvimento Econômico:

- Inovação e agregação de valor nos segmentos de agricultura, turismo, comercio, indústria e serviços criativos, micro e pequenas empresas e *start ups.* Com novos modelos de financiamento da atividade produtiva e de promoção do empreendedorismo;

- Retomar uma política protagonista de atração empresarial ou de diplomacia econômica. Para isso, o ambiente favorável precisa ser recriado, com o retorno da confiança por parte dos investidores, e com respeito.

- Construção de novos equipamentos turísticos, principalmente nas regiões com potencial ainda pouco explorado na nossa cidade;

- Integrar as políticas de turismo com as áreas de cultura, esporte, educação e meio ambiente;

- Investir na estruturação dos balnearios do municipio para que eles alcancem todo o seu potencial turístico.

- Posicionar Capitão Poço no patamar das principais cidades inovadoras e criativas

do Estado do Pará através de incentivos e instrumentos de fomento apropriados.

- Criar um programa de desenvolvimento da economia verde aproveitando os recursos, competências e empreendedores locais, em parceria com o setor empresarial e governo federal.

- Estimular a criação de pólos de empreendimentos “juniors” da economia criativa- propaganda, arquitetura, mercados de arte e antiguidades, artesanato, design, moda, filme e vídeo, software de lazer, artes performáticas, edição, jogos de computador, serviços de televisão e rádio - no centro e nos bairros, visando estimular a geração de empregos e novas oportunidades aos jovens talentos pocenses.

- Apoiar o desenvolvimento do setor de software por meio de incentivos, poder de compra do município e zoneamento urbano adequado, conforme as melhores experiências nacionais e internacionais.

- Investir na implantação de um Centro de Pesquisas Tecnológicas Avançadas, em parceria com entidades acadêmicas, governo federal e fontes de fomento internacionais, visando dotar Capitão Poço de competências na fronteira do conhecimento aplicado tais como nanotecnologia, biotecnologia, energias sustentáveis e tecnologias aplicadas à saúde, para estimular o desenvolvimento de empresas inovadoras locais e à atração de empresas. Este Centro vai estar conectado aos centros de excelência nacionais e mundiais por meio de conexões de banda larga de alta velocidade.

- Apoiar a implantação de incubadoras de apoio a empresas nascentes nos bairros visando promover a descentralização da oferta diversificada de empregos, por meio de parcerias com entidades vocacionadas.

- Contribuir para a criação e formalização de micro empresas e microempreendedores individuais.

- Ampliar as compras governamentais das micro e pequenas em até 25% do volume de compras da prefeitura visando estimular a economia local e a geração de empregos.

- Estimular a organização de redes de empreendimentos econômicos solidários e aperfeiçoar as cooperativas como as de catadores de papel.

- Estimular a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais no mercado de trabalho público e privadas.
- Criação do Cadastro Municipal das Empresas com todos os dados e informações comerciais, permitindo que através da internet possamos aumentar e fomentar negócios;

- Criar comissões para participar de fóruns e feiras comerciais no Brasil e exterior, trazendo para o Município possibilidade real de arrecadação e desenvolvimento

tecnológico;

- Aprimoramento profissional através de cursos específicos em Universidades e Instituições Estaduais e Federais;

- Foco permanente no desenvolvimento de negócios, facilitando acesso a linhas de crédito e apoio municipal;

- Criação de uma parceria com as Universidades para estimular o relacionamento e intercambio comercial;

- Estimular a geração de empregos e criar um cadastro de vagas, facilitando para os munícipes a consulta de oportunidades em sua região, facilitando a locomoção e permitindo o desenvolvimento interno de Capitão Poço;

- Reduzir o tempo de abertura de empresa. Este processo de legalização precisa ser desburocratizado e o apoio à micro e pequena empresa deve ser total, permitindo o desenvolvimento e profissionalização dos parceiros direcionando os negócios de forma eficaz e estruturada;

- Incentivar a inovação e o empreendedorismo utilizando o Município como facilitador para obtenção de linha de crédito com foco no investimento e desenvolvimento econômico;

- Estimular o setor de Tecnologia da Informação, criar plano de incentivos para atrair empresas deste segmento;

- Incluir nos cursos profissionalizantes células para desenvolvimento de profissionais com foco em inovações, ideias, criações e empreendedorismo;

- Promover encontros entre o Prefeito e empresários locais, com objetivo de geração de negócios e desenvolvimento através de ações específicas e direcionamento socioeconômico.

- Manter o desenvolvimento permanente do Município como foco estratégico, fazendo uma gestão direcionada ao meio ambiente, sustentabilidade e voltada para a sociedade.

10. Meio Ambiente e Sustentabilidade

Após o Relatório Brundtland (1987), “Nosso futuro comum”, dificilmente o desenvolvimento poderia ser descrito como um mero desdobramento do crescimento econômico. Desde então, compreendemos que as necessidades do presente não deveriam comprometer as necessidades das gerações futuras. Há, portanto, um claro compromisso socioambiental estabelecido entre gerações quando se faz a revisão do conceito de desenvolvimento e se incorpora a dimensão de sustentabilidade.

O processo de desenvolvimento deve efetivamente incorporar a dimensão ambiental em suas análises e propostas. Consideramos essa dimensão de extrema relevância para Capitão Poço. No entanto, devemos evitar a ideologização do debate ambiental. A legislação brasileira vigente é moderna e deve ser respeitada. Na cidade alguns gargalos merecem atenção especial.

O sistema de licenciamento é lento, burocrático, apresenta condicionantes discrepantes dos empreendimentos e uma relação deficiente com outros órgãos de outras instâncias envolvidos no licenciamento. Há uma necessidade de uma reestruturação para atender à demanda do licenciamento na cidade de Capitão Poço, com a efetivação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente; estabelecer prazos e protocolos transparentes para a concessão de licenças; organizar informações existentes e integrar instâncias decisórias que possam permitir procedimentos mais seguros e ágeis.

Capitão Poço atualmente não possui registrada no Sistema Nacional de Unidade de Conservação - SNUC, nenhuma Unidade de Conservação, Devem ser criados parques municipais para a fomentação do turismo ecológico, e realizar a completa utilização das áreas verdes públicas, com recuperação e revitalização ambiental. As áreas protegidas devem ser cuidadas e no futuro próximo, Capitão Poço poderá entrar no circuito de Turismo ecológico no estado do Pará.

Muitos recursos destinados à recuperação ambiental, muitas vezes não são tangíveis, devido à falta de Unidade de Conservação registrada, estes não são aplicados no município de forma integrada devido a falta de interesse da gestão atual, pelo fato de não estarem ligados com as políticas e programas estaduais. Os projetos apoiados são, em sua grande maioria, de pequena monta e sem aplicabilidade e resultados concretos.

Com a criação da secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, está terá por objetivo fazer com que a preocupação com a questão ambiental faça parte do dia-a-dia dos munícipes. Os cuidados com a natureza passam pela aplicação dos princípios da sustentabilidade, o desenvolvimento de programas de geração de emprego e renda, associados às práticas ambientais e a promoção da educação ambiental. Deve atuar diretamente nas Escolas e Instituições, onde valores socioambientais são agregados aos processos de aprendizagem, na forma de parcerias e palestras, promovendo a interdisciplinaridade das questões ambientais. Os

assuntos são amplos e voltados à realidade de cada grupo, tendo como base central temas como Aquecimento Global, Desenvolvimento Sustentável, Consumo Consciente, Arborização Urbana, Reciclagem, Licenciamento ambiental, entre outros.

Propostas e ações:

- Estruturação e capacitação do município para licenciamento;
- Integrar as agendas de floresta e água dando a elas viés de vetor econômico, trazendo inovações quanto a subsídios e incentivos para a população rural, manter suas áreas de florestas e as áreas suscetíveis à recuperação ambiental;
- Fortalecer parcerias institucionais para captação de recursos mais significativos com organismos nacionais e internacionais;
- Incentivar o valor econômico das florestas, estimular a criação do mercado florestal municipal e harmonizar o cumprimento do Código Florestal Brasileiro com a geração de renda;
- Aprimorar a política de pagamento por serviços ambientais dentro do município de Capitão Poço;
- Desenvolver estratégias para Criação de Unidades de Conservação seja estas parques municipais e incentivar o proprietário rural a criar Reserva Particular de Patrimônio Natural – RPPN's;
- Estabelecer um plano de metas de qualidade do ar factível com o desenvolvimento de políticas de controles de curto, médio e longo prazo da poluição atmosférica;
- Expandir a coleta seletiva de lixo para toda a cidade.
- Incentivar o uso de materiais recicláveis na criação de objetos de decoração e móveis.
- Incentivar o plantio de árvores e cuidar destas periodicamente, bem como estudar a criação de parques municipais no município.
- Criar programas de despoluição nas nascentes dos igarapés, braço do antero e Capitão Poço, bem como cuidar da drenagem urbana de Capitão Poço.
- Criar o Polo de Desenvolvimento Sustentável em uma área do aterro sanitário em Capitão Poço, incluindo o aproveitamento de gás metano do aterro para geração de energia.
- Criar parques, lagos e praças, especialmente na região central de Capitão Poço, onde passa os igarapés que cortão o município, embelezando de forma sustentavelmente a nossa Cidade.

- Promover a educação ambiental nas escolas e incentivar a realização de campanhas educativas, em parceria com o terceiro setor.

- Ampliar a arborização das ruas da cidade, especialmente nas áreas mais desprovidas.

- Buscar parcerias com instituições empresariais e outras para apoiar as empresas na implantação de programas de gestão ambiental.

- Combater a poluição sonora em diversos pontos e horários da cidade, inclusive por meio de campanhas educativas.

- Estabelecer metas de desmatamento zero para remanescentes de ambientes naturais em todo território pocense.

- Elaborar um mapa de risco de acidentes naturais no município e dar ampla divulgação aos resultados.

- Criar um banco de dados verde inteligente por bairro via web, com a participação das comunidades.

- Estimular a criação de um centro de capacitação de profissionais em tecnologias e gestão ambiental urbana, em parceria com as universidades.

- Rever os procedimentos na administração municipal visando eliminar desperdícios em todos os setores e dar exemplo de redução de consumo e reaproveitamento de materiais.

Proteção aos Animais

- Criar o Fundo Municipal de Defesa e Proteção Animal.

- Implantar uma política pública de controle ético de populações de animais urbanos, por meio de programas permanentes, massivos e continuados de castração (esterilização cirúrgica) de cães e gatos.

- Ampliar ações educativas (adoções e etc.) junto a escolas, de modo sistêmico e continuadas.

- Incrementar o programa municipal de registro geral de animais e propiciar o levantamento da população animal de cães, gatos e cavalos nas áreas urbanas.

- Integrar os órgãos de assistência social para auxiliar na orientação das famílias com animais.

- Controlar e restringir o comércio e ação inclemente sobre criadouros clandestinos de animais.

- Praticar uma atuação eficaz e precisa da Fiscalização Municipal para o cumprimento das legislações vigentes de proteção e defesa dos animais, que atue de forma educativa, preventiva e punitiva.

- Orientar e integrar os órgãos de segurança pública para rápida e imediata tomada de providências em casos de maus tratos.

- Criar o Selo Amigos dos Animais para estabelecimentos comerciais dos ares de clínicas veterinárias, veterinários autônomos, entre outros, que atuem em parceria com os objetivos da Prefeitura Municipal.

- Criar instância administrativa com orçamento definido.

- Definir políticas de proteção e defesa dos animais com bases e ações conjuntas com os municípios da nossa região.

11. Desenvolvimento Rural e Sustentável

Nas últimas cinco décadas fomos levados, erroneamente, a tomar o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, permanente e ilimitado. Atualmente, dadas as enormes dificuldades para a aceitação de um conceito inequívoco de Desenvolvimento, e considerando ainda a deficiência do conceito oficial de Desenvolvimento Sustentável, faz-se necessário buscar uma maior compreensão da sustentabilidade através da consideração e análise de suas dimensões básicas, as quais poderão servir de guia para a identificação e o monitoramento das possibilidades do Desenvolvimento Rural Sustentável no município de Capitão Poço, no contexto de atuação da Extensão Rural do serviço público.

Vale ainda ressaltar que as dificuldades operativas e conceituais nesse campo dão margem para a identificação de pelo menos duas distintas correntes do Desenvolvimento Sustentável, as quais manifestam suas particularidades também nas vias do processo de ecologia que vêm ocorrendo na Agricultura.

Portanto cabe ao poder público municipal realizar uma maior interação entre tecnologias ambientais eficazes e sistemas de produção rural. Vamos diminuir as distâncias que existem com os sindicatos rurais e demais instituições, juntamente com uma demanda que deverá ser inclusa IDAF, Incaper e as Secretarias Municipais de Desenvolvimento Rural.

Propostas para o Desenvolvimento Rural Pocense – Ecologicamente Sustentável.

- Criação do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;
- Conhecimento e aplicação do novo código florestal, apoio (mudas) para reflorestamento da Área de Preservação Permanente e Reserva Legal; preservação de nascentes, regularização da propriedade (Cadastro Ambiental Rural), programa de conscientização ambiental.
- Programa de conscientização ambiental voltado especificamente a comunidade rural;
- Programa de controle integrado de pragas e doenças; Incentivo ao uso de práticas agroecológicas (PNAE);
- Incentivo a certificação da propriedade.
- Apoio à comercialização (PAA, PNAE) e uma maior institucionalidade da feira dos agricultores do município;

- Apoio na implantação (preparo do solo) e assistência técnica;
- Incentivo à implantação de SAF's – Sistema Agroflorestal em espaço Protegido nas APP's;
- Integração apicultura-fruticultura, incentivo à associação de apicultores (infraestrutura e uso do mel no PNAE);
- Apoio no licenciamento e implantação do cultivo de peixes.
- Apoio construção armazéns e estrutura secagem (terreiros para pequenos produtores).
- Assistência técnica quanto a adubação, irrigação e controle integrado de pragas;
- Apoio e valorização das manifestações culturais locais, criando e melhorando a infraestrutura para realização de eventos esportivos e culturais no campo;
- Apoio aos jovens que desejam investir na agricultura;
- Profissionalização dos jovens que desejem permanecer no campo por uma educação do campo eficiente;
- Apoio à utilização do crédito fundiário.

- Valorização e apoio a UFRA campus Capitão Poço, para formarem profissionais agrícolas (Técnicos, Engenheiros, gestores e etc) de qualidade para atuarem no município;
- Maior atenção e investimentos da administração pública do município ao meio rural, retornando ao campo uma maior fatia do que é produzido no campo para o município.
- Infraestrutura de trabalho - Implantar projeto de construção do local para a Secretaria de Agricultura, melhorar o atendimento ao agricultor;
- Maior organização dos produtores e associações, formação dos agricultores sobre o associativismo (objetivo e funcionamento).
- Apoio na elaboração e instrução sobre taxas obrigatórias e opcionais
- Apoio maior do efetivo Policial nas comunidades e regiões rurais.
- Ampliação e manutenção dos postos de atendimento e disponibilidade de medicamentos conforme demanda.
- Limpeza e ampliação dos rios e pontes às margens das comunidades.

- Distribuição criteriosa e igualitária entre as associações.

- Sistematização da coleta de resíduos sólidos e educação ambiental nas comunidades rurais.

12. Habitação

Diminuir o déficit habitacional qualitativo e quantitativo é uma das obrigações primordiais dos prefeitos municipais. Essa política leva à redução da desigualdade social e dá dignidade às famílias menos favorecidas. Nesse sentido, o objetivo é ampliar os investimentos no setor, incrementando os programas em andamento e formulando novos projetos para alcançar a excelência. O nosso projeto não é somente dar moradias aos cidadãos pocenses, mas também dar dignidade aos mesmos. Pretendemos incentivar as empresas a se instalarem o mais próximo de bairros recém-construídos, diminuindo significativamente o tempo de deslocamento ao trabalho. Também é crucial a construção de escolas municipais e estaduais, creches, área de lazer e recreação e dentre tantas outras comodidades que são necessárias para o cidadão viver com dignidade. Além disso, são necessários os investimentos em segurança pública.

No caso das famílias com renda mensal de até três salários mínimos, a diretriz será a concessão de subsídio de até 100% do valor da produção da unidade habitacional, sempre em parceria com o governo federal e estadual e, em alguns casos, com a Caixa Econômica Federal.

Principais ações na área de Habitação:

- Dar continuidade a regularização fundiária de acordo com as diretrizes da Lei Federal Nº. 11.977 de 2.009.

- Criar o parâmetro de “Solo Criado” para famílias com renda de zero a três salários para empreendimentos de Interesse Social.

- Diagnosticar e catalogar os vazios urbanos com o objetivo de planejar a sua reocupação por empreendimentos habitacionais de acordo com o perfil imobiliário da região.

- Promover a efetiva participação popular e controle social nos programas e projetos.

- Desburocratizar o processo de aprovação de loteamentos populares, definindo prazos máximos para a sua aprovação.

13. Saneamento básico

A qualidade de vida dos cidadãos está diretamente relacionada à gestão pública na área de saneamento básico. Ao governante cabe a função de formular, planejar, executar e coordenar as políticas desse setor no âmbito municipal, com a finalidade de garantir a saúde pública e propiciar o desenvolvimento humano.

A principal ação, nesse caso, é aumentar a cobertura do saneamento básico na cidade de Capitão Poço, cumprindo integralmente o que é proposto na Lei Federal Nº. 11.445 de 2.007. Segundo a Organização Mundial de Saúde, para cada unidade monetária investida em saneamento, economizam-se quatro em sistemas hospitalares, e agora o Senado Federal aprovou a PL 4.162/2019 o novo marco legal para o setor de Saneamento básico que deve levar uma distribuição de água para 99% da população, e o tratamento de esgoto para 90% a nivél nacional até 2033.

Principais ações na área de saneamento básico:

- Elevar o índice de cobertura do abastecimento de água tratada para 100% da população;
- Elevar gradualmente nas diversas regiões e dos bairros da região urbana com a cobertura das redes de coleta e unidades de tratamento de esgoto buscando atingir o percentual de 100%;
- Programar unidades de tratamento e depósito dos resíduos sólidos urbanos com cobertura de 100% do território municipal;
- Pensar a cidade de forma integrada, conectando os serviços de água, esgoto, resíduos sólida, combate a enchentes, arborização e conforto ambiental em uma só direção.
- Propor uma nova ordem de relacionamento entre as Secretarias Municipais de Obras, Desenvolvimento Urbano, Sanear e Defesa Civil com o objetivo de solucionar os problemas ambientais comuns tais como água, resíduos sólidos, esgoto e drenagem.
- Ampliar os investimentos na verificação de ligações clandestinas de esgoto por meio de ações eficientes de regularização e campanhas mobilizadoras que envolvam os consumidores.
- Adotar uma política inovadora de gestão de resíduos fundamentada na educação pelo consumo consciente que integre a proteção da saúde individual e pública e a qualidade ambiental, com critérios de não geração, redução, reutilização e reciclagem, inclusive aprofundando as práticas de separação e coleta seletiva.
- Limpar as águas pluviais (chuvas) da cidade por meio do efetivo escoamento da água de chuva na rede de drenagem das ruas de toda cidade, bem como inibir, fiscalizar e evitar a entrada de esgoto clandestino na rede de drenagem.

- Melhorar a distribuição e o abastecimento de água em todas as regiões da cidade, reduzindo perdas e melhorando a qualidade da água, mediante o acompanhamento efetivo da qualidade da água ofertada pela Cosanpa, e Municipio.

- Criar um centro operacional integrado da Defesa Civil, e Prefeitura, de combate às enchentes, com informações *online* dos principais áreas de alagamento, bem como realizar obras de prevenção e combate a enchentes em toda a cidade.

14. Mobilidade urbana

Principais propostas e ações a serem implementadas para melhoria da mobilidade urbana:

- Nomear para a direção da pasta de Mobilidade Urbana um técnico habilitado, capaz de tratar o assunto de forma profissional;
- Constituir uma Comissão de Mobilidade Urbana, com a participação de Órgãos Gestores, Técnicos, Secretarias, Associações e participação da população dos vários segmentos sociais;
- Envolvimento direto com Arquitetos e Engenheiros do município na discussão, implementação e avaliação do Plano de Mobilidade Urbana.
- Elaborar dentro do Plano um programa de implementação gradual responsável, dentro das diretrizes orçamentárias estabelecidas pela LDO, buscando viabilidade nas ações propostas mediante pleito de recursos federais (previstos na Lei 12.587) e de parcerias com setor privado.

O Plano de Mobilidade Urbana (PMU) deve tratar de assuntos, na forma da lei, tais como:

- Serviços de transporte público coletivo;
- Circulação Viária;
- Infraestrutura do Sistema de Mobilidade Urbana;
- Acessibilidade para pessoas com deficiência e restrição de mobilidade;
- Integração dos modos de transporte público e destes com os privados e os não motorizados;
- Operação e disciplinamento do transporte de carga;
- Pólos geradores de viagem;
- Estacionamentos públicos e privados, gratuitos ou onerosos;
- Áreas e horários de acesso e circulação restrita ou controlada;

15. Considerações Finais

Devemos reafirmar nestas considerações finais que este conjunto de ideias e propostas aqui apresentadas não pretendem esgotar os assuntos nem tão pouco serem uma obra acabada. Ao contrário, este documento além de cumprir a formalidade estabelecida na legislação eleitoral, pretende ser um ponto de partida para a necessária e oportuna reflexão sobre a execução da Lei n° 817/2017, De 25 de Outubro de 2017 para o futuro da cidade de Capitão Poço.

Durante a campanha eleitoral, com os muitos debates que serão realizados, de forma ampla e democrática, este documento será certamente muito enriquecido com a contribuição de todos os pocenses.

Plano de Governo “Renovação e Desenvolvimento”.

Para alçar-se ao reconhecimento do presente e do futuro, o novo prefeito de Capitão Poço tem que definir, adotar e anunciar medidas de longo, médio e curto prazos, de um modo que vincule as próximas gestões, evitando, também, o que tem acontecido: cada prefeito agindo de acordo com seus caprichos, impedindo a saudável continuidade que é a forja das grandes cidades brasileiras.

Uma educação de qualidade é a medida de longo prazo, por excelência, porque só através dela as populações carentes poderão ter acesso à renda e à verdadeira cidadania, eliminando a miséria e derrotando os apelos da criminalidade.

Conforme a intenção de Antonio Mendes (Lourinho), é que os alunos da rede pública teriam escola em regime de tempo integral, com boa alimentação, atividades lúdicas e educação moral e cívica em complemento aos estudos curriculares.

Uma das grandes vantagens desse projeto, a que todo o mundo desenvolvido vem aderindo, é que cada metro linear, uma vez concluído, passa de logo a ser utilizado. Comparativamente a todos os outros meios de transporte de massa, este é infinitamente o mais barato e de mais simples implantação, sem mencionar seu enorme apelo ecológico, pela redução do lançamento de gás carbono na atmosfera.

Como já destaquei neste plano de governo e em outras oportunidades, deve ser parte importante da administração municipal um programa de treinamento de todo o quadro funcional, com a observância de um mínimo de sessenta horas anuais em sala de aula ou em laboratórios, como meio de aumentar a capacitação, a produtividade, a autoestima e o prazer mesmo do agente público.

As reformas administrativas que Antonio Mendes (Lourinho) pretende implantar surgirão já nos primeiros dias de governo, começando pela reorganização, e possiveis união de algumas secretarias, com o propósito de melhorar a vida da nossa população, tendo em vista que nosso governo será DO POVO, PELO POVO, E PARA O POVO. Quando o legislativo se levantou para impedir as propostas inovadoras de Carlos Lacerda, no Rio, e Jânio Quadros, em São Paulo, ambos se aliaram ao povo e

derrotaram o clientelismo de um legislativo que somente pensava nos anseios particulares.

O futuro da nossa cidade não está dado e só será bem construído se for uma obra coletiva, que tenha a participação de todos os Pocenses, seja fruto de um planejamento rigoroso que nos ajude a priorizar as ações mais relevantes e transformadoras e tenha foco no bem estar dos cidadãos que moram na nossa amada cidade.

Antonio Mendes (Lourinho)